

Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais

FUP CUT

Implante dentário: uma conquista da categoria petroleira Sindipetro/MG reivindica mais dentistas credenciados

O direito ao Implante Dentário segue como uma conquista da categoria que vai avançando. Agora ele passa a ser uma escolha dirigida dentro da tabela do Pequeno Risco, e vale para todos os beneficiários da ativa, aposentados/pensionistas e dependentes. Ela também cobre, de agora em diante, todos os procedimentos pré e pós-operatórios, inclusive radiografias, que existem em 21 modalidades aproximadamente.

Através da livre escolha, a FUP e

seus Sindicatos conseguiram anteriormente conquistar o benefício do Implante, com o critério de reembolso de até 2 núcleos (dentes), no valor de até R\$ 2 mil (dois mil reais). O beneficiário não podia procurar um dentista credenciado e pagava todo o custo pré e pós-operatório e as radiografias, que eram de custo alto.

Apenas um profissional foi credenciado na AMS em Minas Gerais. O fato se deve à exigência da rede de que implantodontistas

tenham 5 anos de formação. Estamos reivindicando que esse tempo seja reduzido e que o profissional que está fazendo o curso seja levado em consideração também, além da questão de que este já possa ter tido experiência com os beneficiários em cada estado do país.

Apesar dos que foram contra a repactuação e que diziam que ela ia acabar com a AMS, a FUP e seus Sindicatos filiados continuam conquistando.

Pesquisas sobre alimentação na Regap

Os encontros aconteceram no prédio da SMS e contou com a presença dos trabalhadores de turno, representantes do SOP e representantes da contratada (inclusive nutricionista) responsável pela alimentação.

Na oportunidade, os representantes da contratada responsável pela alimentação esclareceram alguns pontos relativos a atual alimentação oferecida na Regap e também anotaram opiniões e reclamações elaboradas pelos

usuários. Além de sugestões para melhoria da qualidade e variedade dos alimentos e do serviço prestado.

A gerência SOP apresentará o resultado das pesquisas e as ações possíveis de serem adotadas para tal melhoria.

Debate no Senado: FUP e Sindipetros participam de audiência pública sobre pré-sal e educação

A FUP e seus sindicatos filiados participaram nesta quinta-feira, 08, de uma audiência pública sobre pré-sal e educação. Foi um momento para debater o Projeto de Lei dos movimentos sociais de controle público e social do petróleo e do gás.

Estavam presentes na audiência o coordenador da FUP, Moraes, os senadores Paulo Paim, Cristovam Buarque, Eduardo Suplicy, Arthur Virgílio, o reitor da Unipalmes, José Vicente, e a vice-presidente da

UNE no Distrito Federal, Tatiane Gomes.

Entre as principais alterações apresentadas pela categoria petroleira destaca-se a defesa do monopólio estatal na exploração da camada pré-sal, sugerindo uma nova regulamentação para a política energética brasileira. Os petroleiros defendem que os recursos do pré-sal sejam destinados, prioritariamente, para políticas públicas que combatam as desigualdades sociais.



CONTRA TUDO E CONTRA TODOS, PSTU/CONLUTAS SEGUE NA CONTRAMÃO DA SOBERANIA

Ao concluirmos essa primeira etapa de negociação da pauta de reivindicações, é hora de colocarmos os pingos nos is em relação aos companheiros da oposição (PSTU/Conlutas). Tentaram todas as manobras para tumultuar e esvaziar na marra as assembleias na Regap e acabaram, mais uma vez, atropelados pela base. Tinham por objetivo isolar os petroleiros de Minas Gerais na campanha reivindicatória, pregando a rejeição da pauta e o não reconhecimento da FUP como negociadora. As mentiras e o terrorismo não surtiram efeito e a categoria disse em alto e bom som SIM para os indicativos da FUP e do Sindipetro/MG. Somente o desconto assistencial não foi aprovado nas assembleias, por uma diferença de quatro votos. Os demais indicativos da campanha reivindicatória foram aprovados com índices de 70% a 80% de aceitação.

Cada vez mais à direita

O discurso meramente oposicionista e inconsequente do PSTU/Conlutas não é novidade para ninguém. A categoria conhece muito bem a tática desses divisionistas, que se dizem defensores da revolução permanente. De fato, podemos chamar de revolucionária a guinada à direita que deu o PSTU/Conlutas, principalmente na categoria petroleira. Antes, metiam o pau nas associações de aposentados. Agora, são seus principais aliados. Os reacionários da Ambep/MG que o digam.

Essa mesma turma, que veste camisetas vermelhas com estampas do Che e idolatra Trotski, não tem o menor constrangimento de se aliar a ex-gerentes e ex-dirigentes da

Petrobrás e da Petros, que praticaram barbaridades nas gestões passadas. Na Regap, por exemplo, o PSTU/Conlutas tem como admiradores os famigerados Pavão, Faro Fino e outros inimigos históricos dos trabalhadores. Quem fez greves nas décadas de 80 e 90, quando esses gerentes mandavam na refinaria, sabe muito bem do que estamos falando.

O Petróleo é vosso!

Para tentar desconstruir a unidade petroleira em torno da FUP, não importa a situação, o PSTU/Conlutas faz questão de se contrapor a qualquer proposta ou projeto que tenha participação da Federação e/ou seus sindicatos. Na campanha “O petróleo tem que ser nosso” não tem sido diferente. Nem mesmo a luta pela retomada do monopólio estatal do petróleo, uma bandeira de unidade incondicional das esquerdas, foi capaz de quebrar o pragmatismo absolutista do “eu sou contra”, que permeia o projeto-político-revolucionário-de-araque do PSTU.

A FUP e os movimentos sociais construíram coletivamente uma proposta de legislação para a indústria nacional de petróleo, que foi referendada e elogiada por juristas e lideranças políticas e sindicais da esquerda brasileira. A proposta foi apresentada no Congresso Nacional e abraçada por 23 parlamentares de diferentes partidos políticos (PT, PCdoB, PSOL e PDT), que subscreveram o Projeto de Lei 5.891/09, que deu entrada na Câmara dos Deputados Federais antes dos projetos do governo federal.

As próprias bases da FNP referendaram o Projeto de Lei dos movimentos sociais, com exceção de Sergipe/Alagoas e Pará, onde

os sindicatos são comandados pelo PSTU/Conlutas. Contra tudo e contra todos, contra, inclusive, a própria FNP, eles também são contra o PL 5891/09, que é considerado mais avançado do que a própria Lei 2004/53, que criou a Petrobrás e instituiu o monopólio estatal do petróleo, fruto da luta nacionalista da histórica campanha “O petróleo é nosso”. A retórica do CAOS, do quanto-pior-melhor-para-eu-bater-e-aparecer, é o que conduz a trajetória desses divisionistas, que, não têm propostas, tampouco alternativas para um dos momentos mais importantes na história do Brasil.

O pré-sal é uma realidade que impõe desafios às forças de esquerda, a começar pela unidade. Não podemos deixar passar essa grande oportunidade de construirmos um projeto de desenvolvimento soberano para o país, que utilize a riqueza gerada pelo petróleo em benefício do povo brasileiro. Nós petroleiros temos uma responsabilidade ainda maior diante deste momento decisivo para o futuro do país. A defesa do monopólio e da Petrobrás 100% estatal e pública é uma luta histórica da nossa categoria, um legado que vem passando de geração para geração.

Em vez de somar-se à luta, o PSTU/Conlutas mais uma vez está na contramão da categoria e da soberania. Bate cabeça até mesmo com os setores da esquerda que lhes davam guarida. Uma rota errada e sem volta, que os leva cada vez mais para a direita. Na Regap, eles pregaram contra todos os indicativos da FUP em relação à campanha “O petróleo tem que ser nosso”. Se continuar nesta direção, o PSTU/Conlutas vai em breve tocar bumbo para os tucanos e demos com a campanha “O petróleo é vosso”.